PSD

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CEIOP
543019
1 67
10/2/2016

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Requerimento

Em ocasião mediatizada este sábado foi anunciado um acordo entre Governo e o consórcio Atlantic Gateway, no qual foi dito que haverá lugar à recompra por parte do Estado de 11% do capital social da TAP por 1,9 Milhões de euros.

Tendo o actual primeiro-ministro referido pública e inúmeras vezes que o Estado iria recuperar a bem ou a mal a maioria do capital da empresa, estranha-se agora que seja anunciado que o Estado reassumirá uma posição de 50% no capital social da TAP, em paridade com os demais accionistas.

Este facto é tanto ou mais curioso quando são também conhecidas as anteriores declarações dos dois accionistas privados, Humberto Pedrosa dizendo que o projecto do Estado não casa com o projecto da Gateway, e David Neeleman afirmando que só aceitaria uma maioria na TAP.

Curiosa é também a constatação de que o Governo valida afinal o corpo accionista, aprova o Plano Estratégico privado que afirma estar *'completamente consolidado'* e a presidência de Fernando Pinto à frente da Comissão Executiva, o que se tornou absolutamente evidente na cerimónia pública.

Por outro lado é caricato ouvir o Governo proclamar uma TAP pública e em simultâneo ouvir um dos accionistas privados falar duma TAP privada, deixando transparecer afinal a subsistência de um grau de indefinição na empresa que poderá vir a revelar-se problemático para o seu desenvolvimento futuro e para a estabilidade dos seus trabalhadores, acentuando as interrogações que naturalmente se colocam relativamente a um próximo acordo parassocial a assinar e seus contornos.

Um dos vice-presidentes da bancada socialista - como refere a Lusa - acrescenta mesmo que "A TAP volta para as mãos do Estado" facto que afinal não se confirma, denunciando apenas um incompreensível preconceito ideológico de base ao mesmo tempo que o primeiro-ministro *declara 'que respeita e procura o investimento directo estrangeiro'* .

Acresce em concreto que o Estado volta a deter uma parcela substancial das responsabilidades pela empresa, do respectivo passivo e dívida, e suscita legítimas preocupações relativamente às condições de sucesso e sustentabilidade da TAP e à salvaguarda do verdadeiro interesse público, desconhecendo-se quais as contrapartidas, quais os compromissos e quais os encargos que esta nova posição do Estado implicará.

Porque é importante conhecer os termos do acordo agora firmado entre o actual Governo e consórcio Atlantic Gateway, e restantes condições associadas nomeadamente a um subsequente acordo parassocial previsto, entendem os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata ser importante ouvir nesta Comissão e sobre este tema, o ministro do Planeamento e Infraestruturas, pelo que solicitam, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a diligência de V. Exa nesse sentido.

Palácio de São Bento, 10 de fevereiro de 2016.

Os Deputados: